



1910-2010

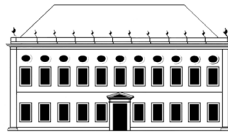
**COMUNICAÇÃO  
E EDUCAÇÃO  
EPUBLICANAS**

**R**

Ana Teresa Peixinho  
Clara Almeida Santos

COORDENAÇÃO

(Página deixada propositadamente em branco)



D O C U M E N T O S

EDIÇÃO

**Imprensa da Universidade de Coimbra**

URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)

Email: [imprensauc@ci.uc.pt](mailto:imprensauc@ci.uc.pt)

Vendas online: <http://www.livrariadaimprensa.com>

CONCEPÇÃO GRÁFICA

**António Barros**

INFOGRAFIA

**Carlos Costa**

REVISÃO

**Maria da Graça Pericão**

ISBN

**978-989-26-0106-9**

**A PERSPECTIVA DO PARTIDO REPUBLICANO ITALIANO SOBRE A REVOLUÇÃO DE ABRIL:  
O ENTENDIMENTO DO 11 DE MARÇO**

**Introdução**

Persuadir, recorrendo às razões invocadas, constitui o exercício basilar quando se pretende obter a adesão de um auditório. A comunicação argumentativa visa, por um lado, conservar e conquistar o assentimento “puramente intelectual” e, por outro, “incitar à acção”, ou em última análise “criar uma disposição para a acção”<sup>358</sup>. Processo que implica o reconhecimento de um interlocutor.

Os jornais partidários e os géneros jornalísticos opinativos (editorial, comentário, crónica) utilizados nas demais categorias da imprensa escrita, desempenham um papel fundamental para difundir uma determinada percepção do mundo social. Não vinculados aos comprometimentos deontológicos associados à imprensa independente ou de informação, os quotidianos político-partidários cumprem a tarefa de transmitir a mensagem dos grupos políticos que os criam e colocam nas bancas. O seu discurso remete, nesta perspectiva, para o desempenho da autoridade institucional. Isto é: o jornal é encarado como actor e instrumento de luta política.

O discurso dos órgãos oficiais dos partidos traduz as ideias de um grupo de poder, normalmente dirigidas a outro grupo de poder, imprensa e partidos. Para além do universo dos leitores. São narrativas que, legitimando estratégias políticas, orientam a formação da opinião e discorrem sobre eventos e actores parcelares sem a obrigatoriedade de os estruturar num todo coerente.

---

<sup>358</sup> PARELMAN, Chaïm – *O império retórico: retórica e argumentação*. Lisboa: Ed. ASA, 1999, p. 31.

Neste artigo pretendemos caracterizar o enquadramento (*framing*) dos textos de *La Voce Repubblicana*, jornal do Partido Republicano Italiano (PRI), face aos acontecimentos decorrentes do golpe militar de 11 de Março de 1975, um dos momentos críticos da Revolução de Abril. Procuramos elementos explicativos no sentido de determinar os principais argumentos invocados perante a audiência (elites políticas e leitores). Portanto, identificar os fundamentos do PRI na disputa, como diz Pierre Bourdieu, pelo “poder propriamente simbólico de fazer ver e fazer crer, de predizer e prescrever, de dar a conhecer e fazer reconhecer”<sup>359</sup>.

A acção militar de 11 de Março desencadeou uma nova etapa no processo revolucionário português e motivou um “salto qualitativo gigantesco”, originando a “sobreposição do poder político ao económico” e a “inflexão à esquerda” que um conjunto de medidas representou<sup>360</sup>. A vaga de nacionalizações e, sobretudo, a suspensão da actividade política de três partidos, entre os quais o Partido da Democracia Cristã (PDC), produziu um autêntico vendaval nos círculos políticos e intelectuais italianos. Os decretos do Conselho da Revolução avolumaram a desconfiança dos partidos com assento parlamentar relativamente à natureza democrática do regime de Lisboa.

Desde o início de 1975 que a *Rivoluzione dei Garofani* cimentava o seu carácter excepcional no âmbito da imprensa italiana. O impacto mediático foi ainda potenciado pela interferência, desejada, dos acontecimentos portugueses ao nível da política interna. Episódios que se prolongaram no tempo e cujos clímaxes eclodiram, em 1975, aquando do XIV Congresso do Partido Comunista Italiano (PCI) e da campanha para as eleições administrativas e regionais de 15 de Junho.

O dia 18 de Março de 1975, altura em que se tornou público o afastamento do PDC do major Sanches Osório, marcou o início da conferência comunista. A reunião destinada a debater o *compromisso histórico*<sup>361</sup> de Enrico Berlinguer foi atropelada pelas temáticas dimanadas da Revolução de Abril e pela instrumentalização política encetada pela Democracia Cristã italiana (DC). Logo na sessão inaugural, os dele-

<sup>359</sup> BOURDIEU, Pierre – *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 174.

<sup>360</sup> REZOLA, Maria Inácia – *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006, p. 153.

<sup>361</sup> Propunha a aliança entre as forças que representavam o povo italiano, do proletariado aos camponeses, dos católicos aos laicos. Pretendia uma coligação com a DC e com o Partido Socialista. O *compromisso histórico* ambicionava salvar uma democracia ameaçada pelo radicalismo, tanto à direita como à esquerda.

gados da DC abandonaram o congresso do PCI em sinal de protesto pela decisão dos militares lusitanos e, de acordo com o *Popolo*<sup>362</sup>, “em solidariedade com os amigos portugueses injustamente atingidos pela reacção furiosa dos militares fanáticos e dos comunistas amedrontados com a resposta do voto popular”<sup>363</sup>.

A *questão portuguesa* alterou o ritmo e os conteúdos da *praxis* política italiana. Motivou acesas polémicas entre intelectuais. Conduziu os órgãos de comunicação e os actores políticos a dissemelhantes chaves de leitura e representações da mundividência. E agitou o debate e a política internacional. Segundo o semanário romano *L'Espresso*, o secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, considerava que “um Portugal comunista e inserido na Nato [poderia] encorajar a Itália a abrir as portas do governo aos comunistas”<sup>364</sup>.

Integrando os elementos unificantes que articulavam a estrutura do sistema político do país de Garibaldi, baseado em alianças de partidos e classes sociais, o PRI participou activamente nas polémicas derivadas da transição democrática portuguesa. No final desse conturbado mês de Março, os deputados republicanos chegaram a interpelar o presidente do Conselho e os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa. Queriam perceber de que forma e quando é que se apresentava “ao Governo de Lisboa a profunda emoção da opinião pública italiana pelos recentes desenvolvimentos da situação interna portuguesa”<sup>365</sup>.

## Metodologia

O *corpus* analisado foi publicado entre 12 e 25 de Março de 1975. Período que medeia o aparecimento de artigos centrados nos acontecimentos decorrentes do golpe militar e a tomada de posição do Conselho Nacional do PRI, sob a forma de documento, em relação aos factos portugueses e às suas repercussões em Itália.

<sup>362</sup> Órgão oficial da Democracia Cristã.

<sup>363</sup> *Il Popolo*, 20 de Março, 1975, capa.

<sup>364</sup> *L'Espresso*, 4 de Maio, 1975, p. 44.

<sup>365</sup> *La Voce Repubblicana*, 28 de Março, 1975, capa.

Seleccionámos 17 textos que, recorrendo à terminologia de Yves Agnès<sup>366</sup>, remetem para quatro tipos de géneros jornalísticos, agrupados em duas categorias: narrativas (reportagem) e comentários (editorial, crónica, comentário). Por comodidade expositiva substituímos o *género comentário* por *nota política*. Não alterando, porém, o significado: artigo de opinião que se ocupa apenas de um assunto, frequentemente, o mais importante do dia, surgindo também como complemento de reportagem<sup>367</sup>.

A análise assentou na dimensão *ilocutória* dos actos de fala, enquanto produção de determinados enunciados que, implícita ou explicitamente, remetem para certas acções: por exemplo, *advertir*, *sugerir* ou *ordenar*<sup>368</sup>. Pretendemos então desconstruir a moldura interpretativa (*frame*) que produziu o discurso republicano sobre um momento fracturante do Processo Revolucionário Em Curso (PREC). Ou seja, discurrir acerca do elemento que confere sentido, segundo Goffman, às situações “construídas de acordo com os princípios de organização que governam os eventos – pelo menos os sociais – e o nosso envolvimento subjectivo neles”<sup>369</sup>.

### Partido Republicano Italiano: resistência à erosão do tempo

Ainda antes de se apresentar como uma força política organizada no primeiro congresso de 1895, em Bolonha, o histórico Giuseppe Mazzini já anunciava alguns valores caros ao republicanismo do século XIX: direito ao trabalho e à educação e defesa da liberdade<sup>370</sup>. O início da centúria novecentista deu a conhecer um PRI mais direccionado para a afirmação de uma “civilização agrária” em detrimento de uma concepção social proletária<sup>371</sup>. A escassa penetração nas classes trabalhadoras industriais ajudou a explicar este posicionamento.

<sup>366</sup> AGNÈS, Yves – *Manuel de Journalisme - écrire pour le journal*. Paris: Éditions La Découverte & Syros, 2002, p. 197.

<sup>367</sup> MURIALDI, Paolo – *Come si legge un giornale*. Roma: Laterza, 1976, p.47.

<sup>368</sup> AUSTIN, John Langshaw – *How to do Things with Words*. London: Oxford University Press, 1978, p. 99.

<sup>369</sup> GOFFMAN, Erving – *Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience*. Boston: Northeastern University Press, 1986, pp. 10-11.

<sup>370</sup> BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; MATTEUCCI, Nicola – *Dizionario di politica*. Torino: UTET, 2004, p. 945.

<sup>371</sup> ROSSI, Elena Aga – *Il movimento repubblicano Giustizia e libertà e il Partito d'azione*. Bologna: Cappeli, 1969, p. 9.



A tradição republicana resistiu ao vinténio totalitário e, depois da luta contra a monarquia em nome da verdadeira república (1943-1946), começou a definir as bases que haviam de caracterizar a acção política no pós-guerra. Segundo Giovanni Spadolini, “um partido minoritário mas que soube manter a sua competência, a sua dignidade”<sup>372</sup>. De 1946 até 1991, ano que ditou o último assento governativo, o PRI participou em 24 governos de coligação. Em 1965, La Malfa assumiu a direcção política e deu seguimento ao cunho reformista que encetara ainda na década de cinquenta. Preocupou-se em conferir uma imagem de “esquerda democrática, moderna”, em sintonia com a “experiência da social-democracia nórdica”<sup>373</sup>.

La Malfa detinha uma renovada visão sobre o desenvolvimento socioeconómico e interpretava a industrialização italiana à luz de uma sociedade com novos problemas e exigências. O partido, laico, conotou-se consistentemente com as profissões intelectuais e liberais, com o empreendedorismo. Os anos setenta reforçam a ligação à Democracia Cristã. Entre 1974-1976, o PRI surge mesmo como o único aliado do governo de Aldo Moro, com cinco ministros e La Malfa no cargo de vice-presidente do Conselho.

Aproveitando os resultados de um estudo sobre a imagem psico-social do PRI, da autoria de Giancarlo Trentini e Cristina Bolla<sup>374</sup>, é possível isolar algumas características mencionadas pelos 72 entrevistados:

- partido pequeno (dos 3%) cuja opção situa-se mais no plano cultural; grupo restrito (“poucos mas bons”) que segue os seus programas em vez das massas e os outros partidos; imagem de rigor moral e administrativo, honestidade, competência tecnocrata (ligados às questões económicas); forte sentido europeísta, capacidade de mediação e valores tradicionais (família, pátria, heroísmo); possui consciência crítica;
- partido racional, equilibrado, avesso a extremismos; persegue uma imagem perfeita do mundo, rígida, mecanicista (“o menos italiano dos partidos italianos”); diz as verdades impopulares e não é demagógico, sectário ou fanático;

<sup>372</sup> FEDELE, Santi – *I repubblicani in esilio nella lotta contro il fascismo (1926-1940)*. Firenze: Le Monnier, 1989, p. 7.

<sup>373</sup> IGNAZI, Piero – “I partiti e la politica dal 1963 al 1992”, in *Storia d'Italia - L'Italia contemporanea dal 1963 a oggi*, Giovanni Sabbatucci e Vittorio Vidotto. Bari: Laterza, 1999, p. 120.

<sup>374</sup> TRENTINI, Giancarlo; BOLLA, Cristina – *Il P.R.I. - L'immagine psico-sociale di un partito politico*. Milano: Franco Angeli, 1983, pp. 161-178.

- fraca capacidade de manter relações (não apenas afectivas) com as massas; intransigente, austero e associado ao snobismo (superioridade moral); demasiado cultural; conservador; insiste em manter a distância entre aqueles que considera inferiores; partido complicado e com uma mensagem difícil de assimilar; incapaz de fazer algo sozinho; impede inutilmente a evolução de determinadas situações; por vezes baseia-se numa contra-ideologia que se traduz pela obsessão anti-religiosa.

***La Voce Repubblicana*: análise retórico-pragmática**

***Edição 12 de Março, 1975 (nº 58, ano 55)***

Nota política (não assinada, capa, uma coluna): “A liberdade difícil”.

Refere que o golpe militar de 11 de Março era previsível e sublinha as “profundas divisões internas” já existentes, no final de Setembro de 1974, entre os militares que tornaram possível o 25 de Abril. Entende que, num “país pobre de estruturas civis”, a palavra mais importante cabe ao exército. Mas sustenta que forças políticas como o Partido Socialista (PS) de Mário Soares e o Partido Popular Democrático (PPD) de Francisco Sá Carneiro tiveram o “inegável mérito” de inserir um “cunho ‘civil’” no conflito entre as duas facções militares.

Avalia como irresponsável e criminal a violência despoletada contra a campanha eleitoral dos partidos democráticos. Saliencia que a situação é grave: se tivesse vencido a “direita” militar seria o regresso “à guerrilha, às repressões”; contrariamente, refere que os homens do Movimento das Forças Armadas (MFA) e os comunistas sentem legitimidade para executar saneamentos ao nível do exército e dos “partidos não alinhados” e, assim, proteger com “as armas e a prisão o regime ‘revolucionário’”. Usa a metáfora “é o ‘cão que morde a calda’” para aludir à “lição amarga de um país ainda demasiado longe da paz, da liberdade, da Europa”.

Crónica (n. a., p. 3, quatro col.): “Os riscos da democracia ‘tutelada’ pelos militares”

Considera sem fundamento as acusações dos “militares intransigentes” ligados à extrema-esquerda, para quem o general Spínola seria um homem ligado aos americanos e empenhado em “restituir um pouco de credibilidade ao regime para prosseguir a política conservadora”. Adianta que o general foi “talvez obrigado” a nomear

Vasco Gonçalves para presidir ao governo provisório, classificando-o como um homem muito ligado à esquerda e eventualmente ao Partido Comunista (PCP).

Reforça a ideia de que o PCP estava por detrás dos grupos de extrema-esquerda que se “manifestaram violentamente” contra o PPD no dia 3 de Novembro de 1974. Associa o PPD à Democracia Cristã italiana e deixa entender que a acção dos movimentos de extrema-esquerda processa-se em conformidade com os propósitos políticos do MFA e dos comunistas.

Aborda a aprovação do sindicato único, no início de 1975, enquanto medida que atribui ao PCP “o controlo da organização dos trabalhadores e contradiz todas as garantias dos militares acerca do pluralismo e do desenvolvimento democrático”.

***Edição 14 de Março, 1975 (nº 59, ano 55)***

Reportagem (n. a., capa, três col.): “Portugal: perde significado o voto”

Analisa o reforço dos poderes (legislativo e executivo) do MFA e a sua institucionalização como consequência dos acontecimentos do 11 de Março. Refere que não é clara a função dos dois órgãos criados para responder à nova situação política, o Conselho da Revolução e a Assembleia do MFA.

Menciona que, ao fortalecimento da ala radical do MFA e da extrema-esquerda, corresponde o esbatimento das forças políticas do centro e da direita depois da fuga de Spínola. Sustenta que o general do monóculo era o único homem em condições de coordenar um “consistente bloco moderado”.

***Edição 15 de Março, 1975 (nº 60, ano 55)***

Crónica (n. a., capa, duas col.): “Democracia sob tutela”

Comenta a *questão portuguesa* seguindo quatro linhas argumentativas: 1) golpe de 11 de Março; 2) consequências da acção falhada; 3) verdadeiros derrotados; 4) reacções da comunidade internacional.

1) Evoca duas explicações para a reacção militar, persuadindo o leitor para a segunda hipótese: “Foi uma tentativa no verdadeiro sentido ou alguns entre os mais aventureiros dos ‘spinolistas’ caíram numa armadilha que prejudicou inteiramente o lento trabalho de recuperação que o partido dos oficiais moderados estava executando com sucesso no exército?”. Apelando à compreensão de uma atmosfera caracterizada por tensões entre as facções militares, defende a *tese da armadilha* e refere que,

até a imprensa comunista e de extrema-esquerda, tem “embaraço em descrever a grave ameaça que afecta a democracia portuguesa”.

2) Acusa o MFA de se colocar “como tutor do povo, como pedagogo da ‘revolução’ e como juiz de mérito e legitimidade de qualquer acção política”. Antecipa a ilegalização de alguns partidos cujos programas são contrários ao entendimento dos militares. Recorre ao argumento da adição e à metáfora para desmontar a estratégia do MFA, considerando, à primeira vista, que este “jogou bem a bola” ao anular um elemento que poderia ameaçar a sua condição: “Portugal [...] não tem estruturas políticas e mentalidade protestante”; “Os ‘campesinos’ do Algarve, os muitos desertados do Alentejo teriam certamente votado ‘moderado’”; “O fatalismo e o messianismo da província lusitana são factores que poderiam jogar a favor de Spínola caso chegasse às eleições, mas hoje são um elemento passivo a favor de Costa Gomes e de Carvalho”.

3) Desvaloriza as eleições para a Assembleia Constituinte por não apresentarem “algum peso democrático”. Indica o PPD e o PS como os verdadeiros derrotados neste processo. Teme a eliminação política do primeiro. E ainda o enfraquecimento do segundo devido a um alinhamento de esquerda dominado pelo MFA.

Coloca o PPD no topo das preferências eleitorais e constrói as personagens Sá Carneiro e Pinto Balsemão com enunciados/adjectivos valorativos: “O seu líder era considerado elemento de precioso equilíbrio [...], Pinto Balsemão é tido como o maior jornalista português da actualidade”. Acusa o PCP de ter encorajado a violência de extrema-esquerda e profere uma verdade quase apodíctica quando se dirige ao secretário-geral comunista, Álvaro Cunhal: “Talvez começa a pensar que foi um gravíssimo erro pagar preços tão altos aos partidos de centro-esquerda. Ou então não o pensa. Em qualquer caso é tarde, também para ele”.

4) Assume uma posição de autoridade institucional ao mencionar que ninguém, em toda a Europa e mesmo no Este europeu, levou a sério as palavras de Otelo Saraiva de Carvalho<sup>375</sup> a propósito da suposta intromissão dos Estados Unidos no processo lusitano. Concluindo: “Os acontecimentos portugueses infligem outro duro golpe na estabilidade e na segurança dos equilíbrios europeus”.

---

<sup>375</sup> Comandante do Comando Operacional do Continente (COPCON).

Reportagem (n. a., capa, três col.): “A economia portuguesa sob o controlo do MFA”

Utiliza o argumento de probabilidade e socorre-se das informações da agência France Press para reforçar a ideia de que a acção de 11 de Março “poderá ter sido uma armadilha dos militares para eliminar o general Spínola”. Sublinha as crescentes “perplexidades sobre a consistência e a natureza da tentativa de sublevação militar”.

Observa que o Conselho da Revolução imprimiu uma viragem à esquerda, nacionalizando a banca e controlando quase toda a indústria nacional. Classifica a política do MFA como “maximalista”. Antecipa a hipótese da suspensão da actividade política do PDC e do Centro Democrático Social (CDS) à luz de uma estratégia conduzida pelo MFA com o intuito de eliminar uma aliança que, segundo as previsões, podia “obter muitos votos nas eleições” para a *Constituinte*.

***Edição 18 de Março, 1975 (nº 61, ano 55)***

Reportagem (n. a., capa, duas col.): “Grandes dificuldades para os socialistas”

Aborda as reuniões do Conselho da Revolução e as “frenéticas” consultas do primeiro-ministro Vasco Gonçalves no contexto da remodelação do governo. Destaca as dificuldades dos socialistas e refere que Soares “deixará seguramente o ministério dos negócios estrangeiros, talvez obrigado a aceitar um ministério sem pasta”.

Alude à crescente preocupação da NATO em relação à “rápida” mudança, à esquerda, da política dos militares, apoiada pelo PCP. Realça as garantias de Vasco Gonçalves a respeito dos compromissos internacionais que Portugal pretende cumprir. Mas logo desenha um quadro alarmante: “Os avanços russos para uma base no país parecem próximos de estar satisfeitos, com todas as implicações que isso inevitavelmente significa”.

Descreve o clima de insegurança que incide sobre determinados cidadãos, adiantando que foram presos “mais de cem homens de negócios, industriais, editores de jornais, funcionários conhecidos pela posição moderada”.

***Edição 19 de Março, 1975 (nº 62, ano 55)***

Editorial (Ugo La Malfa, capa, duas col.): “As condições internacionais e Itália”

Avança dois motivos por não ter rotulado, no passado recente, o processo político português como elemento de agravamento do quadro internacional: “Porque é preciso ter confiança num país que saía de uma longa e opressiva ditadura fascista e

porque, não demonstrando confiança, partia-se de uma posição prejudicial a partir da qual [...] é necessário reflectir”.

Observa, no entanto, que a experiência decorrente da democracia lusitana, nos últimos dias, obriga a incluir o caso português no topo das inquietudes, tais são “as graves incógnitas” que suscita. Enumera ainda os outros casos que motivam preocupação, não apenas no contexto internacional mas particularmente para Itália: a precária situação do Médio Oriente; o conflito do Chipre; a necessidade do percurso político Jugoslavo “tornar-se uma realidade mais operante”; e as consequências da crise petrolífera na economia ocidental.

*Edição 20 de Março, 1975 (nº 63, ano 55)*

Reportagem (n. a., capa, duas col.): “Os acontecimentos internacionais pesam sobre o congresso do PCI”

Refere que os acontecimentos de Portugal e do Camboja podem comprometer os equilíbrios internacionais. Recorre ao testemunho de dois deputados republicanos para sustentar a ideia de que, por um lado, o tema nuclear do XIV Congresso do Partido Comunista Italiano (PCI) gravita em redor da política internacional e, por outro, que a agenda congressual comunista foi *atropelada* pela situação portuguesa, diante da qual o PCI necessita de tomar uma posição firme: “O processo involutivo que decorre em Portugal [...] preocupa qualquer democrático, assim como o consequente enfraquecimento da Europa e do Ocidente. Ao mais destacado e ponderado juízo não deve faltar a crítica e a condenação, também da parte do PCI [Oscar Mammì]”.

Reportagem (n. a., capa, três col.): “O MFA prepara-se para adiar as eleições”

Recorre a argumentos causais, associados a deduções probabilísticas, para comentar o adiamento das eleições para Assembleia Constituinte. Sem citar fontes, sugere uma relação directa entre a decisão do MFA e o PCP. Sublinha que a nova data (25 de Abril) “jogará a favor do partido comunista, que ganhará mais tempo para organizar a própria campanha eleitoral”. Ou ainda: “Nos ambientes políticos de Lisboa afirma-se que o eventual adiamento das eleições favorecerá e reforçará o partido comunista, que será beneficiado também com a remodelação governativa”. Interpreta o adiamento do sufrágio à luz de “uma nova demonstração de força do MFA”.

Editorial (n. a., capa, duas col.): “O défice estratégico”

Comenta as “legítimas” preocupações de determinadas forças políticas europeias sobre os acontecimentos de Lisboa. Defende que a “evolução anti-democrática” do regime português favorece o “deterioramento estratégico”. Veicula um discurso alarmista e interpreta o espaço geográfico português como parte integrante de um território que é de todos, de todos os europeus: “Todo o flanco atlântico da nossa segurança está enfraquecido pelos desenvolvimentos políticos de Lisboa”. Avisa que esta realidade agrava uma outra já praticamente consumada, no flanco oriental, onde a Grécia e a Turquia reviram as respectivas relações com a NATO.

Adopta uma posição de autoridade institucional quando critica o Conselho da Revolução e o MFA: “É correcto denunciar os movimentos dos oficiais portugueses, lamentar a involução anti-democrática da sua política”. Assume uma postura auto-valorativa das ideias republicanas e do PRI, arrogando-se uma leitura visionária e singular. Recorre ao argumento de adição: “Como republicanos, podemos dizer que somos praticamente os únicos, até ao momento, a reconhecer que tal involução contempla um défice estratégico para a Europa. E estamos também sozinhos, parece-nos, em reconhecer que um análogo passivo está para emergir no Médio Oriente”.

Reportagem (assinada d.c.j., capa, duas col.): “Os militares pressionam os socialistas”

Procede a uma leitura da situação portuguesa à luz da sobreposição do poder militar diante dos representantes civis. Sublinha o abandono de Mário Soares do ministério dos Negócios Estrangeiros: “É uma outra confirmação da pressão que os militares exercem sobre as forças políticas. [...] Soares será consolado com um ministério sem pasta”. Recorda que, “para os observadores”, a remodelação de ministros “acentuará a radicalização à esquerda do governo”. Mas que não significará uma diminuição da influência política do líder do PS.

Sugere que o reforço do poder militar verifica-se igualmente no interior das estruturas do Estado, uma vez que o Conselho da Revolução, ao adiar as eleições para 25 de Abril, “desautorizou o governo”. Considera a campanha eleitoral “gravemente amputada” pela exclusão do PDC e dos partidos de extrema-esquerda. Avulta que o PDC poderá recolher um bom número de votos através do CDS, aliado que não se encontra à margem da lei.

Cita fontes da designada “Democracia Cristã” a apelar para que as suspeitas centradas no seu secretário-geral, Sanches Osório, sejam dissociadas do partido. Menciona o regresso a Madrid de um jornalista da televisão espanhola como demonstração de endurecimento do regime, depois de ter recebido “intimidações para abandonar imediatamente Portugal”.

Reportagem (n. a., capa, duas col.): “O Congresso repete o discurso de Berlinguer”

Constata que o debate congressual do PCI, em Roma, permanece centrado no impacto provocado pela suspensão do PDC das eleições para a Assembleia Constituinte. Recorre às declarações dos republicanos Michele Cifarelli e Oddo Biasini para condenar o decreto suspensivo do Conselho da Revolução e criticar o PCI por não se desmarcar claramente do partido de Álvaro Cunhal, apoiante dos militares lusitanos. Reprova abertamente a estratégia do *compromisso histórico* de Enrico Berlinguer.

Cifarelli declara que a situação portuguesa “assemelha-se demasiado aos acontecimentos da Checoslováquia no pós-guerra e confirmam a perplexidade de todos os que não acreditam que as vias nacionais para o comunismo sejam compatíveis com a permanência dos regimes democráticos”. Biasini alinha pela mesma ideia e salienta que a exclusão do PDC justifica “as dúvidas e as reservas de muitos partidos sobre a credibilidade” que as vias nacionais para o socialismo representam para uma autêntica democracia. O deputado lamenta a ausência de uma “clara e explícita condenação” do PCI a respeito do decreto de Lisboa.

Reportagem (n. a., p. 3, quatro col.): “A involução política de Lisboa modifica o equilíbrio internacional”

Longo artigo que reúne os comentários de cinco importantes jornais europeus (*The Times*, *Le Monde*, *The Guardian*, *Financial Times*, *The Economist*). Declara que “as interrogações e as incertezas” suscitadas pela situação portuguesa concentram a atenção da imprensa internacional. Realça que essa situação tem “características específicas” e que, por isso, os quotidianos evitam “fáceis generalizações”. No entanto, adverte que a acção dos partidos e do MFA causa, pelo menos, perplexidade. Formula algumas interrogações: “Prepara-se para Portugal uma nova ditadura, desta vez de esquerda, imposta pelos militares? Existe ainda margem de manobra para as forças democráticas? Quais as consequências para a Aliança Atlântica?”



*Edição 22 de Março, 1975 (nº 65, ano 55)*

Reportagem (assinada r.w., capa, quatro col.): “As pressões de Cunhal e do MFA limitam o espaço aos socialistas”

Adopta um tom de denúncia sobre a “crise portuguesa” que, acusa, se acentua devido à “pressão conjunta dos militares e do PCP” para forçar os socialistas a deixar o Executivo. Refere “as crescentes ingerências do MFA” na orientação da política externa conduzida por Mário Soares. Qualifica de “inquietante” a entrevista do líder do PCP a uma agência argelina, declarando que Portugal colocará “a médio prazo o problema da sua permanência” na NATO e pedirá uma “renegociação” dos termos da aliança. Destaca que a influência dos comunistas no Conselho da Revolução “aumenta de dia para dia”.

O tom alarmista norteia a narrativa: “Nos ambientes políticos de Lisboa afirma-se que a exclusão do PPD significaria o fim do centro em Portugal. Os outros dois partidos do centro-direita estão desde já excluídos do jogo político”. Quando coloca os actores a falar, opta por uma selecção que sustenta o ponto de vista que pretende veicular. Elege as declarações do líder do CDS, Diogo Freitas do Amaral, para indicar o clima de perseguição moral e física que a extrema-esquerda exerce sobre as figuras do partido. Revela que continua “a gradual supressão da liberdade de imprensa através do controlo efectivo dos militares sobre alguns dos maiores jornais do país”.

*Edição 23 de Março, 1975 (nº 66, ano 55)*

Editorial (n. a. capa, duas col.): “As declarações de La Malfa”

Assume uma posição de autoridade e socorre-se das declarações do líder republicano, Hugo La Malfa, para reprovar a análise optimista de Berlinguer sobre a situação internacional: “Os factos de Portugal deram razão às preocupações republicanas e demonstram que a condição do Ocidente torna-se sempre mais precária”.

Utiliza argumentos causais e de probabilidade, num tom alarmista, para caracterizar o caso português, ao mesmo tempo que particulariza e generaliza as suas implicações na estabilidade e segurança, primeiro, de Itália, e depois, de milhões de cidadãos: “Criou-se uma situação alarmante [em Portugal] numa zona estratégica do Ocidente meridional, quase [...] a empurrar países como Itália para uma espécie de armadilha [...]. Uma grande incógnita pesa sobre o Ocidente e sobre as suas condições de liberdade e o mais elevado bem-estar, de que gozam, não grupos privilegiados, mas milhões e milhões de cidadãos”.

Prossegue com as críticas *ad personam* assentes na incompreensão do quadro político internacional: “A esta grande incógnita o digno Berlinguer não pode contrapor uma concepção ecuménica dos acontecimentos do mundo, ignorando as novas relações de força que se vão criando e os perigos que essas escondem”.

Reportagem (n. a., capa, duas col.): “Os acontecimentos de Portugal confirmam as preocupações do PRI”

Refere que, depois dos recentes acontecimentos de Portugal, a agenda política internacional “transformou-se claramente no verdadeiro ponto de polémica não apenas para os comunistas mas para todas as forças políticas”. Selecciona as declarações de três deputados para construir um quadro de reprovação a respeito da designada, “involução democrática” lusitana e da posição dos comunistas italianos: “O PCI [...] não conseguiu dar uma prova de querer destacar-se da ‘linha’ do partido comunista soviético [Mario Tanassi - PSDI]”. Apesar de representarem diferentes forças políticas, os testemunhos formulam um discurso coerente sobre a crítica geral que se pretende apresentar.

A decisão dos militares portugueses é avaliada, por Attilio Ruffini (DC), como *incrível e explicável*: “É incrível se se coloca o acento na pretensa responsabilidade da DC portuguesa na tentativa de golpe atribuído a Spínola; é explicável se se coloca o acento sobre a matriz ideológica [...] uma vez que entronca na filosofia e na prática comunista”. Insere enunciados que comportam adjectivação e (des)qualificam o sujeito/organização a quem se dirige a mensagem: “É verdadeiramente patético ouvir os comunistas italianos continuarem a falar de compromisso histórico’ [Ruffini]”.

Reportagem (n. a., capa, três col.): “Marginalizados os socialistas do novo governo”

Discorre sobre as negociações para a formação do IV governo provisório e a eventualidade do PS não participar no Executivo. Conclui que “os socialistas continuam a resistir às pressões dos militares e do partido comunista”. Coloca em destaque as afirmações de Álvaro Cunhal à imprensa argelina, a quem o líder comunista terá dito que “não existirá em Portugal uma democracia burguesa como o modelo da Europa ocidental”. Formula a hipótese de que o Comité Central do PS estará muito preocupado pelo teor da entrevista do líder do PCP.

Relata uma manifestação dos socialistas que reúne milhares de simpatizantes, em Lisboa, salientando o sentido anti-totalitário e democrático dos discursos políticos.

Bem como a posição contrária do PS a qualquer exclusão de partidos políticos das eleições para a *Constituinte*, a não ser que seja evidente a conivência com a “reacção”.

*Edição 25 de Março, 1975 (nº 67, ano 55)*

“O documento sobre a situação portuguesa”

O Conselho Nacional do PRI aprova e publica, na edição de 25 de Março, um documento político sobre “a situação interna de Portugal”. O texto contempla seis pontos que, resumidamente, referem o seguinte:

“O Conselho Nacional do PRI

- sublinhou que a grave e desconcertante involução [...] de Portugal ofereceu uma dramática validade das preocupações de ordem internacional expressas [...] pelo PRI;
- considerou que todo o sistema de equilíbrio internacional em que assenta a distensão [...] está em crescente perigo [...];
- observou que qualquer discussão em redor do tema do compromisso histórico não pode prescindir da avaliação [...] da segurança e da independência nacional;
- convida todas as forças democráticas e antifascistas [...] a apoiar com energia qualquer iniciativa tendente a assegurar o livre exercício da expressão da vontade popular depois de 50 anos de ditadura, contra a ameaça de uma involução autoritária;
- reafirma que não existe possibilidade de regime democrático e pluripartidário sem o respeito pelo princípio das liberdades políticas violadas pelo regime dos militares portugueses, com decisões apoiadas pelo partido comunista local [...].”

### Conclusão

O órgão oficial do Partido Republicano Italiano apresentou a acção militar de 11 de Março como previsível e resultante das divergências que opunham duas facções da estrutura militar: os homens do MFA aos de António Spínola. Preconizador de um regime pluripartidário e do método democrático, *La Voce Repubblicana* valorizou o “bloco moderado” do centro, formado, no seu entender, pelo PS, PPD, CDS e PDC. Referiu que o general Spínola era a única personalidade capaz de coordenar uma plataforma de forças políticas moderadas.

Defendeu a tese de que o golpe militar derivou da estratégia – *armadilha* – elaborada pelo MFA tendente a eliminar Spínola e os seus partidários. Criticou abertamente a radical viragem à esquerda da linha política do MFA, acusando-o de se colocar “como tutor do povo, como pedagogo da ‘revolução’” e portador da legitimidade de acção política. Recriminou a violência da extrema-esquerda e sublinhou que esta se processava em conformidade com os objectivos do MFA e do PCP.

Interpretou uma possível exclusão do PDC e do CDS à luz de uma estratégia conduzida pelo MFA para anular uma aliança potencialmente ameaçadora. Reprovou a sobreposição do poder militar ao poder civil e a exclusão das três forças políticas das eleições de 25 de Abril. Ao destacar a progressiva influência do PCP na política do Conselho da Revolução e do MFA, sugeriu que o adiamento do sufrágio procurou beneficiar o partido de Álvaro Cunhal.

Sustentou que o PPD e o PS foram os verdadeiros derrotados com a “involução democrática” verificada depois de 11 de Março, reconhecendo, porém, que estes dois partidos tiveram a capacidade de introduzir um “cunho ‘civil’” no seio da estrutura militar. Estabeleceu um cenário onde o PS sofreu constantes pressões do MFA e do PCP, principalmente aquando da formação do IV governo provisório, e acusou os dois últimos de agravarem a crise *portuguesa*.

Tal como a generalidade da imprensa italiana, considerou que os acontecimentos portugueses constituíram o tema nuclear do XIV Congresso do PCI. O debate do *compromisso histórico* dividiu as atenções com o impacto provocado pela exclusão do PDC e o aproveitamento político realizado pela DC italiana e por outros partidos, entre os quais o PRI. *La Voce Repubblicana* construiu um discurso crítico dirigido ao PCI pelo facto de não condenar abertamente a decisão suspensiva – apoiada pelo PCP – dos militares de Lisboa. O argumento foi inserido no contexto da política interna italiana e permitiu reforçar a estratégia do PRI: atacar a proposta do *compromisso histórico*.

A *questão portuguesa* foi interpretada como uma ameaça para os equilíbrios internacionais, designadamente no quadro da segurança e da estabilidade europeia. Os artigos, implícita ou explicitamente, alertaram para uma eventual hegemonia do PCP e conseqüente inserção de forças soviéticas no flanco meridional da NATO. Cenário que implicava o efectivo enfraquecimento da Aliança Atlântica e motivo de preocupação para países como a Itália.

Do ponto de vista da análise do discurso, o jornal desempenhou o papel de actor político activo, disseminando valores e condutas, expressando soluções e referências

de enquadramento (*framing*) que enformam a realidade que analisou. Defendendo, desvalorizando, seleccionando, propondo, ou mesmo utilizando os verbos inscritos no “documento sobre a situação portuguesa” – *reafirma, observa, convida, sublinha, considera* –, o discurso conferiu sentido às situações que comentou. Os acontecimentos adquiriram uma outra dimensão porque lhes foi introduzido um significado.

Os textos privilegiaram a eficácia da acção política. Restringiram as subjectividades expressas e assumiram-se como palco de exercício da autoridade institucional. Recorreram a um conjunto de argumentos coerentes de acordo com o sentido que o PRI detinha do mundo social: argumentos *ad personam*, causais, de probabilidade, de adição. Revelaram, no editorial, uma postura auto-valorativa/visionária das ideias republicanas e do PRI.

O discurso adoptou, não raras vezes, um tom alarmista, de denúncia – ameaça comunista, do totalitarismo – e operou uma selecção de vozes que sustenta o ponto de vista que pretendeu veicular. Utilizou enunciados, metáforas, adjectivos que desvalorizam e criticam certos destinatários (Álvaro Cunhal, Otelo Saraiva de Carvalho, Francisco da Costa Gomes, Enrico Berlinguer, MFA, Conselho da Revolução, PCP, PCI, partidos de extrema-esquerda). Empregando outros que enalteceram personagens/ organizações às quais manifestou o seu assentimento (Spínola, Mário Soares, *bloco moderado* – PS, PPD, CDS, PDC).

A aferição dos elementos explicativos aduzidos sai reforçada se observarmos os títulos das peças, essa *macroestrutura semântica preferencial*, na expressão de Teun Van Dijk. Os títulos, de narrativas ou comentários, comportaram um juízo de valor, procuraram modelar o horizonte das expectativas do destinatário, concretizaram o cenário descrito – “Portugal: perde significado o voto”; “Os acontecimentos de Portugal confirmam as preocupações do PRI”; “A involução política de Lisboa modifica o equilíbrio internacional”; “Grandes dificuldades para os socialistas”.

*La Voce Repubblicana* disseminou numa visão cultural ancorada ao esquema binário, dicotómico: Ocidente (democracia) vs Leste (totalitarismo). Como refere Edward Said, a cultura, com o tempo, “transforma-se naquilo que diferencia ‘nós’ e os ‘outros’, quase sempre com um certo grau de xenofobia”. Entendida como uma “fonte de identidade”, a cultura constitui um género de “teatro no qual várias causas, políticas e ideológicas, entram em relação umas com as outras”. E pode mesmo “transformar-se num verdadeiro campo de batalha sobre o qual diversas causas se manifestam à luz do sol”<sup>376</sup>.

<sup>376</sup> SAID, Edward W. – Cultura e imperialismo (tradução italiana). Roma: Gamberetti, 1998, pp. 9-10.



eBOOK

Série Documentos

Imprensa da Universidade de Coimbra

Coimbra University Press

2011

